

CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO

A DESLEGALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL

**LEIS PENAIS EM BRANCO E DEMAIS FORMAS
DE ASSESSORIEDADE ADMINISTRATIVA NO
ORDENAMENTO PUNITIVO BRASILEIRO**





Copyright © 2020	<i>Chiavelli Facenda Falavigno</i>
<i>Editora-Chefe</i>	<i>Fernanda Pacheco Amorim</i>
<i>Capa e Diagramação</i>	<i>Carla Botto de Barros</i>
<i>Revisão</i>	<i>Marcelo Hagemann dos Santos</i>

CONSELHO EDITORIAL

Aldacy Rachid Coutinho - UFPR	Diogo Rudge Malan - UERJ, UFRJ e FGV DIREITO RIO
Alexandre Morais da Rosa - UFSC e UNIVALI	Gisela França da Costa - Estácio de Sá-UNESA, UERJ e EMERJ
Alfredo Copetti Neto - Unioeste e Unijui	Jéssica Gonçalves - UFSC
Ana Claudia Bastos de Pinho - UFPA	Jorge Bheron Roche - Unifor
Claudio Ladeira de Oliveira - UFSC	Juan Carlos Vezulla - IMAP-PT
Claudio Melim - Univali	Júlio César Marcellino Jr - UNISUL
Danielia Villani Bonaccorsi - Imed	Márcio Ricardo Staffen - UNIVALI
Deborah Cristina Amorim - Unochapecó	Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI
Denise Schmitt Siqueira Garcia - UNIVALI	Orlando Celso da Silva Neto - UFSC
Eduardo de Avelar Lamy - UFSC	Pedro Miranda de Oliveira - UFSC
Flávio Parisieri - PUC/PR	Roberto Miccù - Universidade de Coimbra-PT
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto - UFSC e UNIVALI	Thiago Fabres de Carvalho - FDU
Gabriel Real Ferrer - UNIVALI e Universidad de Alicante-ES	

1CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F159d

Falavigno, Chiavelli Facenda

A deslegalização do direito penal : leis penais em branco e demais formas de assessoriedade administrativa no ordenamento punitivo brasileiro / Chiavelli Facenda Falavigno. - 1. ed. - Florianópolis [SC] : Emais Academia, 2020.
273 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-94142-80-1

1. Direito penal - Brasil. 2. Leis penais em branco - Brasil. I. Título.

19-60758

CDU: 343.214(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

.....
É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Lei da Lei 10.695 de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).



EMais
Editora e Livros

Todos os direitos desta edição reservados à Emais.
www.emaiseditora.com.br
equero@emaiseditora.com.br
Florianópolis/SC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - PANORAMA DA DESLEGALIZAÇÃO	27
1. A relevância da lei penal no direito brasileiro	27
1.1. O princípio da legalidade como elemento constitutivo do direito penal	31
2. Normas penais em branco: introdução ao instituto	39
2.1. Os tipos de normas penais em branco	47
2.2. Qual o limite da complementação?	51
2.3. A função do direito administrativo	53
2.4. Espécies normativas administrativas e o desvio de suas funções	56
3. Os bens jurídicos protegidos por normas que necessitam de constante complementação.	64
3.1. Direito penal ambiental.	66
3.2. Direito penal econômico.	73
3.3. Direito penal de Drogas	80
3.4. Outros subtemas do direito penal	83
3.5. A ocorrência da deslegalização: diálogos com a doutrina e os ordenamentos estrangeiros.	92
4. Considerações parciais	98
CAPÍTULO II - AS CAUSAS DA DESLEGALIZAÇÃO	101
1. O encontro da norma penal em branco com o direito penal da sociedade de massas.	101
2. As principais causas da deslegalização do ordenamento penal pátrio ...	107
2.1. O direito e a sociedade: influências recíprocas	108
2.2. A sociedade de riscos: complexidade, regulação e mudanças sociais.	110
2.3. O direito penal em expansão e a sua influência nas novas criminalizações	124
2.4. A influência externa: o caso das Leis de drogas.	136
3. Os problemas de redação e de execução das leis penais.	142
3.1. A crise da lei e da produção normativa	142
3.2. A ausência de técnica legislativa: problemas no processo legislativo e questões de política criminal	145
4. Considerações parciais	151

CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS POSSÍVEIS DA DESLEGALIZAÇÃO.....	153
1. As consequências da deslegalização na tutela penal.....	153
2. O desvio no bem jurídico protegido pela norma.....	153
3. O princípio da legalidade e a reserva legal: A competência legislativa penal.....	160
4. O princípio da legalidade e a taxatividade: Elementos normativos do tipo e leis penais em branco.....	167
5. O erro de proibição.....	176
6. As questões processuais e os demais problemas advindos da complexa relação entre o Direito Penal e o Direito Administrativo.....	183
7. A perda da efetividade da norma.....	187
8. Considerações parciais.....	195
CAPÍTULO IV - AS POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DO PROBLEMA.....	197
1. O direito penal deslegalizado.....	197
2. Contribuições em matéria político-criminal.....	199
2.1. As demandas por processos de descriminalização.....	202
2.2. A necessidade de estudos de impacto e outras mudanças no processo legislativo brasileiro.....	208
3. Contribuições em matéria administrativa.....	212
3.1. A necessidade da construção de um sistema sancionador integrado.....	213
3.2. As possibilidades de modelos híbridos existentes no direito comparado.....	218
4. Contribuições em matéria de dogmática penal.....	222
4.1. Os critérios dogmáticos possíveis em matéria de lei penal em branco.....	223
4.1.1. A proibição de remissão de elementos centrais.....	224
4.1.2. O problema das remissões dinâmicas.....	229
4.1.3. Proibição de remissões em cadeia.....	233
4.1.4. Gradação do órgão do qual emana a regulação.....	234
4.1.5. Hierarquia do ato complementador.....	235
4.1.6. A remissão recíproca e expressa.....	237
4.1.7. Exame de legalidade do complemento.....	240
4.1.8. Reconhecimento diferenciado do erro.....	241
5. Considerações parciais.....	245
CONCLUSÃO.....	247
REFERÊNCIAS.....	253